

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO: CONTEXTOS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Adauto Neto Fonseca Duque ¹
Maria Alveni Barros Vieira ²

RESUMO

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento e questões teóricas sobre pressupostos que envolvem a contemporaneidade da história ambiental e educação no semiárido piauiense. Nesse espaço de aridez visualiza-se uma população acostumada a produzir sua sobrevivência diante de uma natureza marcada pela escassez. E esses indivíduos marcados por uma história de luta, sobrevivência e resistência entendem que seus modos de vivência e seus saberes educativos são patrimônios que precisam ser conhecidos, respeitados e marcados pelas sua peculiaridade histórica e cultural. O semiárido demarca experiências de grupos que ao longo do tempo (re)significam suas vivências para construir a sua sobrevivência. E, os sujeitos propõem aos historiadores e educadores questões étnicas, militância sociocultural como trabalhadores rurais que com sua produção agrícola abastecem centros urbanos numa região de clima não propício a agricultura em larga escala e desejam reconhecimento, pois suas atividades na terra são ancoradas em saberes de proteção ao meio ambiente. São atividades na terra com significados de ancestralidade, memórias e identidades como sertanejos e transmitidas em formato de educação não formalizada pela escola e sim pela vivência. Educação viva e vivificada a cada nova geração. Utilizamos aportes teóricos da história ambiental (WINIWARTER, 2010); antropologia (SOUSA, 2015), educação (FONSECA, 2009). Vislumbramos na dinâmica da educação uma ferramenta potencial para ampliar mecanismos trabalhados pela História Ambiental que podem ser traduzidos no uso equilibrado e sustentável da terra como unidade produtiva, mas que essa produção e uso está alicerçada em tradições e saberes ancestrais.

Palavras-chave: História Ambiental, Trabalho, Memória, Etnicidade, Tradições.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa sobre questões teóricas e pressupostos que envolvem a contemporaneidade da história ambiental e educação no semiárido piauiense. Ao adentrar o semiárido percebemos o dinamismo da ocupação com a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais mesmo numa região percebida pela sua fragilidade de clima e solo. Nesse espaço de aridez visualiza-se uma população acostumada a produzir sua sobrevivência diante de uma natureza marcada pela escassez. E esses indivíduos marcados por uma história de luta, sobrevivência e resistência entendem que seus modos de vivência e seus saberes educativos são patrimônios que precisam ser conhecidos, respeitados e marcados pelas sua peculiaridade histórica e cultural.

¹ Mestre em História Social; Professor na Universidade Estadual do Piauí - UESPI, duqueadauto@yahoo.com.br;

² Doutora em Educação; Professora na Universidade Federal do Piauí – UFPI. alvenibarros@bol.com.br;

A constatação da experiência de grupos que ao longo do tempo (re)significam suas vivências, para construir a sua sobrevivência, nos coloca diante do patrimônio cultural de um povo marcado pela longa ocupação de um espaço que potencializa estudos da antropologia, história, mas também constatar-se o uso equilibrado e consciente do solo que dialoga com a agronomia e a biologia. As comunidades quilombolas que habitam o semiárido, por exemplo, fazem uso constante de ervas, raízes, flores e frutos para remédios e rituais de cura, pelos quais podemos ampliar o olhar a partir da etnografia, antropologia e a etnobotânica. Nesse encontro de saberes a história se amplia e agrega ao conhecimento de outras áreas, pois de acordo com Drummond:

Os historiadores ambientais não “visitam” protocolarmente as ciências naturais: dependem profundamente delas e muitas vezes trabalham em associação direta com cientistas naturais. Precisam entender o funcionamento dos ecossistemas para avaliar com correção o papel das sociedades humanas dentro delas, os limites da ação humana e a potencialidade de superação cultural desses limites. (Drummond. 1991: 182).

Os saberes dessas comunidades ultrapassam seus limites físicos e podem chegar as escolas como conhecimentos tradicionais que são usados na educação como conteúdo para o ensino da história local e regional. Importa ressaltar que “nem a história ambiental nem as outras disciplinas sociais que vêm incorporando elementos do mundo natural à sua lista de variáveis analíticas propõem um determinismo natural unilateral. A cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos” (DRUMMOND, 1991:181).

A sobrevivência das comunidades depende dos modos como trabalham a terra e conseguem manter uma produção de subsistência e com excedente colocado a disposição em feiras dos núcleos urbanos. Nesse contexto, a história ambiental, entendida sob o viés do “tempo” e das interações entre homens e territórios construídos visualiza-se um embate necessário entre preservação e continuidade de atividades que ao longo das vivências conflituosas foram capazes de configurar a sobrevivência dos quilombos no semiárido. Espaço marcado por estiagem, intercalado com breves períodos de chuvas, mas no qual a população aprendeu a conviver com tais adversidades. O clima não vai melhorar apenas pelo desejo dos homens, porém pode piorar muito com suas ações degradantes ao ambiental.

O povo habitador do semiárido estabelece com a terra uma relação de sobrevivência. Todavia, simbolicamente o território demarca um processo histórico de continuidade com as lutas de seus antepassados (re)configurados na etnicidade, na identidade e na memória que vem a tona no momento do enfrentamento com latifundiários, fazendeiros, o poder público. Pela luta seja história ou cotidiana diante de pessoas físicas e tomando os aportes da legislação vão se

construindo a tradições e ampliando poder de enfrentamento com as formas atraentes que assume a modernidade diante dos jovens e dos moradores em geral.

Os trabalhadores observados colocam em prática ações que demonstram interesse e necessidade de garantir a preservação dos costumes, tradições, cultura e lazer, traduzidos nos formas de moradia, locais de seus cultos religiosos e respeito a ancestralidade. Todos esses elementos são ordenados por outras formas de educar, diferentes ações que não antagônicas, mas se diferenciam da forma habitual dos espaços escolares.

Entre os costumes e tradição que são repassados sem precisar da escola formal constam manter atividades que causem o mínimo de degradação ou extinção de espécies. Diante das constantes propagandas de que o agronegócio salva a economia e melhora a qualidade de vida da população no semiárido a resposta vem com a venda de umas galinhas e de seu excedente em batatas, feijão e milho que também mantem a vida e a dignidade de todos. São embates e percepções de sociedade no tempo histórico devendo ser discutidos com maior profundidade.

Pensado dessa maneira e a partir de construções simbólicas as manifestações culturais precisam ser explicitados. Cabe nesse sentido a aproximação interdisciplinar – desejada pelos currículos acadêmicos - entre a Antropologia, biologia, etnobotânica, História e a Educação, no sentido de apontar elementos capazes de fundamentar nossa percepção de sujeitos na formação de uma sociedade. Casos concretos são dos projetos de promoção da educação superior nos molde das demandas dos quilombos e executados através do Programa nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

O território do estado do Piauí compreende 224 municípios dos quais 149 estão no semiárido. O semiárido piauiense é um território carente em estudos quanto a sua formação étnico-cultural, as identidades sociais, a valorização da história e das memórias dos seus moradores. São grupos diversos em trabalho, trajetórias históricas e marcados pelo costume e tradições repassadas sob o viés da ancestralidade. Em constantes visitas e atividades acadêmicas no quilombo Custaneira, município de Paquetá, Piauí, percebe-se a constante necessidade de (re)afirmação das histórias dos antigos negros que ocuparam os espaços do semiárido. Essa afirmação identitária constrói os saberes e cria o interesse dos moradores em aprofundar os conhecimentos sobre os modos de vivência de seus antepassados quanto as apropriações e uso dos espaços. Conhecer para valorizar e fazer frente aos constantes embates com a contemporaneidade fabril que atrai os jovens e os chama a substituir as histórias dos antigos pelas histórias da televisão. Não se trata de um discurso contrário a modernidade, mas ver os homens no seu espaço e tempo. Além disso, esses homens valorizando seu sentimento de pertença e orgulhosos da trajetória histórica, os saberes de seus antepassados. Esses

mecanismos que também são educativos traduzem a identidade, o sentimento de pertença a um grupo com história peculiar de resistência, e principalmente demonstra a construção e uso sistemático e consciente dos frutos que o trabalho e natureza podem oferecer aos seus ocupantes.

Enfocamos os saberes e tradições como mecanismos educativos, pois de acordo com Fonseca (2009) ao discutir educação na colônia Brasil deixa claro que a diversidade de sujeitos envolvidos nos processos cotidianos da vida colonial nos levam a perceber práticas educativas diferenciadas que se realizam em grupos ou individuais. Assim como os discursos de civilidade como prática formadora de comportamentos repassados na colônia permitem apreender uma certa exigência de ambientes escolares ou não escolares para reforçar os mecanismos de manutenção da ordem econômica vigente. E essa civilização a ser construída perpassa pela educação das crianças brancas ou de cor, livres ou escravizadas.

Nesse contexto, determinadas questões surgem para análises tais como: formas de trabalho que conduzem a vivência das comunidades? Representações simbólicas do meio ambiente? O significado do passado que se torna objeto educativo na matriz de lutas contemporâneas? Em relação ao padrão capitalista de produção como se comportam os indivíduos no semiárido tanto no sentido coletivo como no individual?

Ao pensar em respostas aos problemas dados verifica-se no semiárido há intensa mobilização para fazer do acervo imaterial da cultural local um instrumento de valorização étnica e fundante de uma identidade projetada além dos seus territórios. Em visitas a comunidades do município de Paquetá constatamos uma ausência do poder público em fomentar assistência necessária a manutenção dos aportes culturais. No entanto, mesmo diante das dificuldades, seja econômica ou o olhar desconfiado dos demais vizinhos, os quilombolas realizam suas festas religiosas, plantam e colhem os frutos da terra, fazendo do passado uma lança em direção a conquistas no futuro próximo.

A congregação, sem discriminar, respeitando os espaços e pessoas é uma marca dos quilombos que envolvem a todos em rodas de sentimentos e sentidos que transcendem a própria dinâmica de reprovações e olhares negativos em relação as manifestações da cultura local.

Há nas comunidades um conjunto de ações entendidas como acervo de práticas que remontam a tempos antigos, mas com significados de resistência diante do poder público. Também há olhares céticos dos indivíduos em relação à validade dos testemunhos que estão configurados na vivência da maioria dos grupos sociais que integram o semiárido na contemporaneidade.

METODOLOGIA

O artigo tem como base uma pesquisa exploratória a partir da presença do pesquisador nas comunidades para observação de atividades cotidianas. Entendemos a necessidade de dar voz aos sujeitos e numa continuidade da pesquisa faremos questões semi-estruturadas. Para atender aos objetivos desse artigo apresentamos elementos de ordem teórica e metodológicas. Por exemplo, trabalhamos nessas observações junto aos sujeitos da pesquisa a possibilidade de perceber os usos da memória que nascem a partir de histórias contadas e recontadas para educar as novas gerações. Nesses momentos, de lembrar e contar para um interlocutor atento, a oralidade estabelece uma intensa linha de condução entre presente e passado que reforça condutas cotidianas e são percebidas como instrumento educativo para indivíduos atentos a modernidade, mas carentes de entender as trajetórias que forma construídas até o presente de luta e conquistas dos moradores do semiárido que ainda estão a margem do processo social:

Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social. Ainda que nessa segunda linha se introduzam conceitos de memória coletiva, não se evidencia uma discussão mais aprofundada sobre as implicações do uso da noção de memória (FERREIRA, 2002: 327).

Estudar sobre os sujeitos do semiárido a partir da memória e oralidade impõem nos apropriamos de mecanismos da história do tempo presente para entender as transformações, os usos, as territorialidades e as temporalidades como elementos dinâmicos, mas carentes de problematizações e explicações sobre suas historicidades. Cabe uma crítica de Marieta de Moraes Ferreira considerando a oralidade e temas no tempo presente como objetos caros também aos historiadores profissionais:

O desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da desqualificação dos testemunhos diretos. [...] A explicação para essa situação deve-se ao fato de que o período recente não exigia uma farta cultura clássica, nem o controle dos procedimentos eruditos do método histórico. Os que se interessavam pelo contemporâneo na verdade concebiam a pesquisa histórica como um meio de ação política (FERREIRA, 2002: 316).

Temos um desafio: necessidade e responsabilidade de responder e explicar questões colocadas na contemporaneidade para os historiadores. As comunidades negras do Piauí estão vivenciando seus embates ancorados em simbologias e representações, justificando e até criando estratégias de utilização do passado como condição de sobrevivência no presente. Assim, “a necessidade de se ativar ou materializar o que existe em estado oral retido na

memória, ou mesmo, o que foi abafado por processos de cerceamento, que quase sempre acontece por desafio da própria comunidade [...] no tempo presente, reinventam o passado mal resolvido” (MEYHY e HOLANDA, 2010:25).

Trabalhar no semiárido na perspectiva da História do Tempo presente e na aproximação de um diálogo entre História Ambiental e Educação nos leva a assumir uma postura estratégica de construção e produção de fontes. Nesse sentido, a metodologia aplicada pela História Oral, os elementos que fundam e fundamentam os imbricados caminhos da memória e a oralidade são imprescindíveis na construção do aparato documental para análise. Tratamos de entender as percepções e construção do cotidiano de lutas por direitos sociais, manutenção de suas peculiaridades e preservação de seus conhecimentos como elementos educativo. No contexto, foi preciso entender que estamos lidando com pessoas idosas, adultos, jovens e crianças e cada grupo vivencia tempos distintos e realidades diversas. Enquanto os idosos e adultos não tiveram acesso a educação formal a maioria dos jovens e adultos estão inseridos em um mundo de tecnologia e informações que chega nas comunidades pela presença do estado ou da iniciativa privada. A escola, ainda que não seja a ideal, é uma realidade próxima e atende aos moradores da região estudada como garantia de um documento que garante o *status* de indivíduo alfabetizado e com possibilidade de prosseguir na vida acadêmica.

Partindo de observações nas comunidades a pesquisa também formata fontes históricas, seguindo aportes teóricos e metodológicos para lidar com entrevistas que visem acessar através da oralidade os caminhos da memória, pois:

(...) ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade. Porém, há muitos estilos diferentes de entrevistas, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade. Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar (THOMPSON, 1992:254).

Através da tradição oral os sujeitos são capazes de expressar vivências conflituosas, vida sociocultural ameaçada, e também, as tentativas de preservar valores do passado e do presente. Vidas, valores e pensamentos como componentes de um passado exposto através da família, dos ancestrais e de todos os mecanismos informais construídos pelos saberes da tradição. Diante do universo desvendado pela tradição oral – danças, literatura, poesia, cantos, histórias, provérbios, etc. - que registra a memória de um povo, tornando-se fonte para a história.

As observações diretas aconteceram durante eventos tais como os Encontros de Terreiros realizados nas comunidades negras; nas festas de santos e nas reuniões que são frequentes entre os moradores das comunidades do semiárido piauiense, na região denominada Vale do Rio Guaribas e Vale do Rio Canindé.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho pauta-se na perspectiva da história ambiental, pois está alicerçado no conhecimentos sobre ações e relações estabelecidas entre homens e espaço natural e rural do semiárido piauiense. Delimitamos vivência margeadas pelo equilíbrio natural, mas com uso dos espaços por trabalhadores que utilizam a terra sob o signo da ancestralidade e da economia de subsistência que garante a permanência de características históricas. O entendimento sobre uso, equilíbrio e necessidade de sobrevivência vai ao encontro do “paradigma da convivência” traçado por Verena Winiwarter (2010) ao apontar que questões de exploração ou equidade no espaço ambiental precisam ser ampliadas e novos questionamentos vão surgir das peculiaridades dos sujeitos em situação de trabalho. Especificamente, as comunidades negras rurais quilombolas que habitam esse espaço fazem uso da natureza ao tempo que trabalham, conscientemente ou não, na proteção de nascentes de rios, combatem as queimadas e produzem nos moldes da agricultura familiar.

Nesse caso podemos listar as comunidade do vale do rio Guaribas e vale do rio Canindé nas quais os moradores, na contramão do processo de degradação dos espaços físicos, mantém suas atividades com o uso da terra, mas evitando, por exemplo, as queimadas que são constantes nessa região. Não significa que as comunidades tenham abandonado a agricultura, pois conforme observado pelo antropólogo Áureo João de Sousa as atividades ligadas a terra são intensas. Ao apontar a comunidade quilombola Custaneira temos o seguinte relato:

a população desta comunidade construiu sua base econômica com atividades de caças de animais silvestres locais; pescas artesanais nas beiras de rios (no rio Itaim e no rio Guaribas) e riachos locais; extrativismo de mel de abelhas silvestres; extrativismo vegetal em carnaúbas (palha e pó de carnaúba), carvão vegetal, lenhas e madeiras, e mais, sobretudo, com atividades de cultivos de milho, feijão, arroz, algodão, macaxeiras, mandioca, cana-de-açúcar, gergelim, abóboras, melancias, caju, fruteiras regionais; criação de pequenos animais (porcos, galinhas, ovelhas e bodes) (SOUSA, 2015: 311)

Dessa variedade de produtos e atividades são reforçados os orçamentos familiares das comunidades. No Piauí, como na maioria dos estados brasileiros, a conjuntura econômica força a pequena produção de subsistência a adaptar-se aos mercados locais. A busca por um

excedente para abastecer as cidades sem acompanhamento de profissionais que estudam e lidam com a terra em espaços de escassez pode causar desequilíbrios naturais e (re)significar negativamente vivências individuais e coletivas.

As mudanças em uma sociedade começam a partir da observação dos mecanismos colocados em marcha na redefinição da realidade de determinados grupos sociais. Na região estudada são recentes as manifestações da necessidade da escola e da educação formal com ferramenta para a manutenção da trajetória histórica. Nesse caos social surge a natureza e suas dádivas como resultado de ações pensadas em benefício de todos. Não se trata de manter o espaço virgem e os indivíduos com fome. Trata-se de manter atividades – apropriadas – e associadas a dinâmica do clima, do solo e das racionalidades dos moradores locais.

O posicionamento de usar e produzir apenas o necessário pode reforçar, ao olhar externo, estereótipos de descaso, descanso e preguiça atribuído aos trabalhadores da terra. Contudo, esses indivíduos apenas traduzem formas de perceber o mundo ao redor das casas, das plantas e dos animais. É na mata que os guias espirituais se protegem dos olhares céticos. É na mata que brotam as ervas, crescem as raízes, floream e dão os frutos que são a base dos medicamentos e das curas. Manter ativo esses saberes, o respeito e a interação homem e natureza se constituem lutas cotidianas e afloram sentimento de revolta contra a violência, a privação de bens e a exclusão social.

A inserção na história ambiental respalda-se nos objetivos desse campo historiográfico que de acordo com Funes são:

aprofundar o nosso entendimento de como seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram este e com que resultados. Interessa-nos a construção de uma reflexão que considere a apropriação, a significação da natureza e as transformações das paisagens, possibilitando o alargamento de estudos sobre o significado da natureza em, e para, diferentes grupos étnicos em tempos históricos, onde os aspectos de interações entre sistemas sociais e naturais sejam esquadrihados objetivando compreender as consequências dessas interações ao longo da história. (FUNES, 2013:207).

As interações entre homem/natureza e lutar contra as imposições sociais é uma realidade constante dos trabalhadores tradicionais, pois vivenciar a discriminação, sentir a exclusão social e sofrer pressão de agentes exteriores não são fatos que ocorrem unicamente com os grupos negros. Para tanto, basta observar a trajetória das nações indígenas, numa construção constante pela sobrevivência étnica e cultural e manutenção de seus espaços, elementos fundantes de pertença e de identidades.

Quanto a dinâmica da educação entendemos como um processo em longa construção. E para que os moradores do semiárido possam ampliar um diálogo fértil, dinâmico e respeitoso

com as forças sociais antagônicas ao seus modos de ser e permanecer no espaço ocupado faz-se necessário o respaldo dos mecanismos colocados à disposição pela educação formal. O conhecimentos tradicionais, suas histórias, memórias e saberes ancestrais estarão sempre acampados como valores essenciais aos homens do sertão.

Nesse território, comunidades quilombolas surgem como guardiões e vanguarda na estrutura produtiva e educativa. Como um edifício que precisa ser restaurado para manter-se como símbolo de um passado longo ou recente o espaço natural ocupado e trabalhado ganha significados de vida e vão se somar ao “inventário de celebrações e práticas religiosas de quilombolas, dos lugares que reputam como importantes para sua identidade ou como marcos de seus territórios, dos ofícios, modos de fazer, saberes e formas de expressão” (SOUZA FILHO; ANDRADE, 2012:125).

Trabalhamos na perspectiva de conhecer e pensar criticamente território e homens como elementos históricos marcados pela luta política e cultural travada nos últimos anos por conta de políticas públicas que não dão respaldo as sensibilidades e modos de viver dos grupos etnicamente diferenciados. Indivíduos que se reconhecem como negros, indígenas e trabalhadores rurais com aspectos culturais singulares:

Tal tendência encontra sua base de apoio em relevantes razões interligadas. Esses universos culturais abrigam circuitos de consumo, produção e difusão culturais organizados por meio de dinâmicas e lógicas próprias que diferem em muito dos demais circuitos consagrados de produção cultural e, ao mesmo tempo, a eles articulam-se importantes questões relativas ao desenvolvimento integrado e sustentável (CASTRO, 2008: 93).

A representação histórica desses sujeitos demarca lutas contemporâneas e memórias vivas que são (re)significadas cotidianamente, proporcionando, na dinâmica da História Ambiental e da História da Educação discussão de fontes consagradas pela historiografia, buscando a ampliação de metodologia e fontes.

Um texto clássico de Donald Worster (1991:199) ampliava o campo de visão de historiadores e cientistas sócias ao preconizar:

A história ambiental é, em resumo parte de um esforço revisionista para tomar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.

Os habitantes do semiárido encontram-se com a dinâmica da modernidade sem ignorar o passado. Ao lidarmos com sujeitos, em grupos nos quais apenas os mais jovens tiveram acesso a escrita e leitura nos moldes do sistema formal de educação, percebemos como são

utilizadas com propriedade as falas e lembranças que brotam das memórias demonstrando acontecimentos “dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992: 92). Daí a riqueza de informações apresentadas nas narrativas, pois trazem fatos vivos, ou, de acordo com Pollak, “vividos por tabela”, rememorados por um indivíduo em sua leitura individual, mas carregada de elementos e acontecimentos coletivos. Assim, a memória assume o estatuto de “reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 1998: 34).

A história e a educação, entendida como partes de uma processo de ação que intervém positiva ou negativamente no espaço ambiental passa a ser estudada como um campo de possibilidades coerentes com suas reivindicações e pelas quais os sujeitos envolvidos numa teia de tensões culturais, políticas e econômicas, estão constantemente (re)construindo suas vivências, tomando o cotidiano como simbologia de embates e conflitos. Os sujeitos históricos redimensionam sua própria identidade em relação com a sociedade do qual fazem parte, mas sentem afastados pela dinâmica da vivência em espaços de trabalho, cultura e educação.

Atualmente, comunidades étnicas e trabalhadores em geral do semiárido mantêm intenso contato com órgãos do Governo Federal como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Fundação Cultural Palmares. Também se apropriam de conceitos e durante fóruns e encontros passam a conhecer experiências de outros espaços que passaram por processos de auto gestão de terras, de ampliação de comércio com base na agricultura familiar e valorização de tradições ancestrais. Nesse processo entram os mecanismos da transmissão de conhecimentos e saberes praticados em determinado espaço. O território que produz a sobrevivência também é capaz de se constituir em lugar de tradição e manutenção da vivência de uma coletividade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado parcial vislumbramos na dinâmica da educação uma ferramenta potencial para ampliar mecanismos trabalhados pela História Ambiental que podem ser traduzidos no uso equilibrado e sustentável da terra como unidade produtiva, mas que essa produção e uso está alicerçada em tradições e saberes ancestrais.

A tradição, os costumes, a memória, a oralidade e a relação homem/natureza em no semiárido piauiense são férteis em manifestações culturais, em práticas de trabalhos e em

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

saberes que remontam a ancestralidade e a etnicidade que são revitalizadas pela educação como transmissão de conhecimentos. Os indivíduos utilizam o arcabouço de elementos simbólicos como ferramenta para a reivindicação de direitos sociais e preservação das peculiaridades de seus modos de vida.

Novamente, podemos afirmar que não há uma negação da modernidade que está presente entre os moradores do semiárido. Contudo, há uma vigilância constante dos anciões e lideranças locais para que suas histórias e a memória de seus ancestrais sirvam de guias para os jovens que permanecem como sujeitos ativos no semiárido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para conhecer, entender, discutir e apresentar os mecanismos de comunidades ou grupos amparados em tradições, memória, identidade e acervo cultural são construções do fazer historiográfico. Educação e meio ambiente entram nesse cenário como metodologia, problema de pesquisa e nos fornece mecanismos para o entendimento da sociedade contemporânea.

Entendemos nesse trabalho que as observações de trabalhadores são momentos para coletarmos fontes da oralidade e entender as diversificadas formas de expressão como a música, as cantigas de roda, as danças de promessas, os poemas, as histórias de Trancoso, os xingamentos das manifestações folclóricas e a variedade de elementos que constituem o acervo real e o imaginário coletivo peculiar do homem sertanejo.

Nesse primeiro momento temos observações, conversas informais e práticas cotidianas que se tornam fontes para a história, dinamizamos o entendimento sobre os usos que os sujeitos são capazes de diversificar em determinado espaço natural. Percebendo formas de transmissão de conhecimentos e saberes como mecanismos educacionais peculiar a determinados grupos no semiárido piauiense.

As comunidades não são livros prontos, mas dado a dinâmica social em constante modificações nos aspectos políticos, econômicos e culturais nos colocam em contato com a ideia de que estar vivenciando trajetórias históricas de lutas nas quais o objetivo ainda não foi alcançado. Entre as lutas está proteger seus direitos, mas também o próprio espaço ambiental ocupado.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: **Topoi (Rio de Janeiro)**. v.3, n.5, p. 314-332, 2002.
- FONSECA, Thais Nivea de Lima e. **Letras, ofício e bons costumes**. Civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FUNES, Eurípedes. História Ambiental – possibilidades de novos olhares. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Orgs.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.5, n.10, p.200-212, 1992.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SOUSA, Áureo João de. Etnicidade e Territorialidade na Comunidade quilombola Custaneira/Tronco - Município de Paquetá – PI, Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina, p. 455. 2015.
- SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas – limites da metodologia de inventário de referências culturais. **Horizontes Antropológicos**. v. 18, n.38, p. 75-99, 2012.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, v.15, p.51-71,1997.
- VÉRAN, Jean-François. Rio das Rãs - memória de uma comunidade remanescente de quilombo. **Afro-Ásia**. n.23, p.297-330, 1999.
- WINIWARTER, Verena. Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos. **Abordagens Geográficas**. v. 1, n. 1, p. 1-21, 2010.